

## DIMENSÕES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: um caminho em construção

### Resumo

Este estudo apresenta um conjunto de referências históricas acerca da relação: Educação e Serviço Social. O mesmo, objetiva resgatar interfaces de origem dessas duas áreas do conhecimento com o propósito de perceber como foi se estabelecendo a articulação entre a Educação como Política Pública e sua vinculação ao Serviço Social. Toma-se como materialidade investigativa referenciais teóricos da Educação e do Serviço Social, elencados nas pontuações. O estudo se organiza: na gênese do Serviço Social no Brasil delineando exterioridades; na relação Educação e Serviço Social com sinalizações de um diálogo em emergência; na intensificação dessas relações a partir de 1990. Como conclusões a este estudo, indica-se que na constituição histórica das relações entre Serviço Social e Educação ocorrem significativas mudanças de ênfase nas racionalidades políticas e nas formas de intervenção. Ainda que o debate sobre as proteções sociais e o combate às desigualdades seja uma constante, pode-se notar uma intensificação, a partir da década de 1990, não somente na ampliação da relação Educação e Serviço Social, mas, sobretudo na prerrogativa que abarca as prevenções do risco social, numa lógica de proteção social.

**Palavras-chave:** Educação. Serviço Social. Proteção Social.

**Marta von Dentz**

Universidade Federal da Fronteira Sul  
martavondentz@gmail.com

**Roberto Rafael Dias da Silva**

Universidade Federal da Fronteira Sul  
robertoddsilva@yahoo.com.br

## 1 Introdução

Ao buscar construir uma abordagem sobre a historicidade do Serviço Social nas políticas educacionais brasileiras, destaca-se *a priori* que adentrar nessa temática e, por conseguinte, espriar uma apreensão consistente das relações existentes entre elas demanda cautela, aprofundamento daquilo que o Serviço Social e a Educação já possuem de acúmulo histórico e, em simultâneo, perceber as crepitações deste acúmulo nas configurações societárias contemporâneas. Para isso, parte-se da ideia de que, o presente não é apenas o contemporâneo, é também, “[...] o esforço de reentender o surgimento do mais contemporâneo, reconstruindo o sistema das transformações de que a situação atual é herdeira”, um efeito de herança sendo que, a memória de tal herança, é necessária para compreender e agir no hoje (CASTEL, 1998, p. 23).

Nesse sentido, para além de efetuar uma reconstrução do Serviço Social e da Educação, objetiva-se resgatar traços de origem de ambos com o propósito de perceber como foi se estabelecendo o diálogo, a relação e a articulação entre essas áreas de conhecimento. Desta forma, as mobilizações desta analítica sinalizam para a importância de perceber os aspectos históricos das temáticas enfatizadas, não como algo linear, naturalizado, mas como algo em movimento, criado e recriado, intencionalizado.

Esse modo de ver a história evoca à percepção daquilo que Carvalho (2002), ao analisar o processo descontínuo e limitado da conquista dos direitos sociais, políticos e civis no cenário brasileiro, apontando suas especificidades históricas, denomina como “peso do passado”, no longo caminho para a cidadania no Brasil. Ou então em “pontos e bordados” dos escritos de história e política, o referido autor pontua as variações das imagens da nação brasileira ao longo do tempo das visões da elite e dos setores dominantes. Mais concretamente, desde 1822 (ano da Independência do Brasil) até 1945, três imagens de nação foram sendo construídas pelas elites políticas e intelectuais: “A primeira poderia ser caracterizada pela ausência do povo, a segunda pela visão negativa do povo, a terceira pela visão paternalista do povo. Em nenhuma o povo faz parte da construção da imagem nacional. Eram nações apenas imaginadas” (CARVALHO, 1998, p. 233).

As sinalizações antepostas oportunizam adentrar naquilo que se pode chamar de “ênfase analítica” do presente estudo: no Brasil, especificamente, perdura ao longo da história “[...] a incapacidade do sistema representativo de produzir resultados que impliquem a redução da desigualdade [...] A desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática” (CARVALHO, 2002, p. 229). E ainda, nas configurações do novo capitalismo, a desigualdade vem se caracterizando pela “distância social”, de modo que, quanto maior a distância, quanto menos for sentido o vínculo entre os desiguais, maior será a desigualdade social entre eles (SENNETT, 2006, p. 55).

As desigualdades e a questão social são objetos de intervenção do Serviço Social e, demarcam as políticas educacionais não somente contemporâneas, mas históricas. De modo que, a existência de um “dualismo perverso das escolas públicas brasileiras” como uma aprendizagem que satisfaz necessidades mínimas, com uma visão restrita de competências básicas e reduzida a noções mínimas, apontam para essa perspectiva (LIBÂNEO, 2012, p. 25); políticas educacionais atuais, que quase sistematicamente, “negligenciam ou marginalizam a questão do conhecimento” apontam à manutenção ou a multiplicação das desigualdades (YOUNG, 2011, p. 395).

Percebe-se que Serviço Social e Educação possuem uma história e, mais do que isso, possuem um longo caminho de diálogo a ser construído, pois, se o “dualismo” perpassa as escolas brasileiras, local onde, por excelência, se adquire o “conhecimento” (LIBÂNEO, 2012; YOUNG, 2011); logo, a emergência de profissionais do Serviço Social nas políticas educacionais, intervindo diretamente nas questões sociais, pode otimizar o dualismo e possibilitar melhor aquisição do conhecimento? Para aprofundar essa temática, é necessário avançar na presente historicização, destacando aspectos que permitam perceber como o Serviço Social vai adentrando na educação, haja vista ter como objeto de intervenção as várias expressões da questão social, sendo que estas expressões perpassam os invólucros das políticas educacionais.

Para melhor ordenar esta analítica buscar-se-á enfatizar alguns pontos principais a seguir destacados: primeiramente serão considerados aspectos referentes à gênese do Serviço Social no Brasil, delineando algumas exterioridades desta emergência em

contexto global e, posteriormente, latino-americano, com breve ênfase nas pontuações históricas da Educação brasileira, trazendo sinalizações precedentes à emergência do Serviço Social. Um segundo aspecto, remete à relação Educação e Serviço Social com sinalizações de um diálogo em emergência, onde se perceber as primeiras articulações existentes entre as temáticas remetendo ao período histórico de 1930-1990. E, por fim, dar-se-á ênfase à intensificação das relações entre Educação e Serviço Social a partir de 1990 com respectivas considerações finais. Salienta-se que a intenção desta abordagem é tecer considerações acerca da historicidade da Educação e do Serviço Social aprofundando aspectos históricos desta temática.

## 2 A emergência do serviço social no brasil: delineando exterioridades

Ao memorar aspectos históricos do Serviço Social no contexto brasileiro, cabe pontuar alguns precedentes. Na busca de resgatar a gênese do Serviço Social na Educação, alguns estudos enfatizam que, o surgimento da inserção do Serviço Social na escola remete a meados de 1906, nos Estados Unidos, onde em centros sociais, eram designadas visitadoras para realizar o elo com escolas de bairros com o objetivo de constatar o motivo pelo qual as famílias não enviavam os filhos à escola, além de verificar a evasão escolar, o baixo aproveitamento e a inadaptação de crianças na escola (OTTONI, 1978 apud SOUZA, 2005).

Em escritos sobre “a base do serviço social” (BARTLETT, 1979), enfatiza-se que no final dos anos de 1920 surgiram vários campos de atividade para o Serviço Social: bem-estar social, serviço social médico, psiquiátrico e escolar. No que se refere à realidade escolar, o Serviço Social “voltava-se para os problemas de menores nos programas educacionais e na escola, entretanto, trabalhava-se desarticuladamente com os três eixos básicos de sua ação: escola, aluno, família” (SOUZA, 2005, p. 33).

No contexto latino-americano, as primeiras sinalizações do Serviço Social remetem a meados de 1925, onde “[...] foi criada a primeira escola dessa especialidade em Santiago no Chile, pelo médico Alejandro del Río”. Salienta-se que, nesta época, o serviço social se estabelecia como “subprofissão de médicos e advogados”, no qual o objetivo desses

profissionais era obter maior eficiência e rentabilidade. Posteriormente, instituições de beneficência passaram a estimular essa profissão (CASTRO, 2000, p. 30).

Ao surgimento das escolas de Serviço Social em si, não se subentende um processo que identifique como início da profissão. “A fundação das primeiras escolas – 1925, Chile; 1936, Brasil; 1937, Peru – apenas revela momentos específicos de um processo de maturação que atinge um ponto qualitativamente novo quando a profissão começa a colocar sua própria reprodução de modo mais sistemático” (CASTRO, 2000, p. 35). De qualquer forma, a gênese do Serviço Social na América Latina se deu no acentuado desenvolvimento capitalista, onde se pautava o processo de industrialização e, com ele miserabilidade, crescimento urbano caótico e migrações, possibilitando um espaço fértil para a proliferação desses profissionais.

Convém sinalizar que, o Serviço Social latino-americano, se firmou sobre bases e influências europeias, sendo que esta influência não foi exclusiva do Serviço Social. Um amplo terreno de relações estruturais da vida social era mantido entre os dois continentes nos mais variados campos e setores da sociedade (CASTRO, 2000). Evitando procrastinações, pontua-se que, de aproximadamente 1925 a 1940, no Serviço Social latino-americano, nota-se, a decisiva influência externa de países como a Bélgica, a França ou a Alemanha e, a partir da década de 1940, uma exclusiva influência norte-americana (CASTRO, 2000).

Nos aspectos mencionados até o momento - processo de industrialização e as fortes transformações societárias latino-americanas e, com ela a efervescência daquilo que se compreende como questão social – o Serviço Social manteve uma postura acrítica, preocupado em apreender métodos terapêuticos, clínicos, individualizados advindos de realidades externas. Além disso, preocupava-se em atender demandas e interesses advindos do Estado, da Igreja e das classes dominantes.

Dando continuidade à abordagem rememora-se, conforme já pontuado nesse estudo, que a primeira escola de serviço social no Brasil foi criada em 1936 no estado de São Paulo. No entanto, propõe-se, antes de elencar aspectos históricos de meados de 1930 na relação Serviço Social e Educação, realizar algumas breves pontuações anteriores

referentes a realidade educacional brasileira, possibilitando uma visualização prévia e mais clarificada dos aspectos educacionais que antecederam a emergência do Serviço Social.

Assim, em breve abordagem nota-se que, durante aproximadamente quatro séculos de história, de acordo com os dados do censo de 1920, o Brasil contava com cerca de “30 milhões de habitantes”, e destes apenas “24% sabiam ler e escrever” (CARVALHO, 2002, p. 65). Manteve-se neste vasto período a “dualidade de sistemas”, uma forma de ensino voltada para as classes privilegiadas e outra para o povo em geral (BEISEGEL, 1995). Além disso, a percebe-se a acentuada descontinuidade do processo de escolarização e ao mesmo tempo a sua ineficácia. Se em 1872, meio século após a independência, apenas 16% da população era alfabetizada e em 1920 apenas 24% sabiam ler e escrever, sendo que haviam 30 milhões de habitantes, significa que, em praticamente meio século, houve apenas 10% de ampliação da alfabetização (CARVALHO, 2002). De modo que, até meados de 1930 perdura no Brasil, uma incapacidade histórica de reduzir as desigualdades, de democratizar a educação e de torná-la igualitária, tendo presente que iniciativas e movimentos contraditórios existiram em suas diferentes formas e expressões.

### 3 A relação educação e serviço social: sinalizações de um diálogo em emergência

Destacadas algumas pontuações históricas acerca da Educação brasileira e, na busca de resgatar traços de origem da relação Educação e Serviço Social, sinaliza-se que, essa articulação começa a ocorrer no Brasil em meados de 1930, mais precisamente em 1936 quando se instala a primeira escola de Serviço Social (CASTRO, 2000; CFESS, 2011). Portanto, a relação inicia desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão, no entanto, “é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da Educação” (CFESS, 2011, p. 5).

Os marcos iniciais do Serviço Social (1936) se deram em um período sinuoso onde a Educação brasileira buscava e perpassava por um processo de democratização, com extensão das oportunidades de acesso à escola em todos os níveis de ensino (BEISEGEL, 1995). Durante esse tempo, percebe-se uma forte repressão do Estado ao movimento proletário que se organizava. No campo político, o clima era fértil em pressões sociais pela melhoria da educação pública, bem como para a formação dos trabalhadores. Destaca-se o Manifesto dos Pioneiros (1932), o Movimento da Educação Nova, apontando para a necessidade de um sistema educacional público (KRAWCZYK, 2012). A prerrogativa era propiciar o ensino a todos, independente de classe social.

Prescritivamente, a Constituição de 1934 orientava para a centralização das questões de ensino, onde o governo central deveria fixar um plano nacional de educação (art. 150), criando conselhos nacional e estaduais de educação (art. 152). De modo que, essa constituição sinalizou para uma política nacional de educação, traçando diretrizes de ensino (BEISEGEL, 1995). Avançando no período do Estado Novo, no período governado por Getúlio Vargas (1937 a 1945), em relação à Educação, a Constituição de 1937 deixava claro que não tinha intenção de prover um ensino público gratuito. A intenção era manter um explícito dualismo educacional: os ricos proveriam seus estudos através do sistema público ou particular e os pobres, sem usufruir esse sistema, deveriam se destinar às escolas profissionais (GHIRALDELLI, 2009).

Em âmbito educacional do pós-Segunda Guerra, em 1953, no segundo mandato de Vargas, há a separação entre as ações da Educação e da Saúde, a Lei n. 1.920 estabeleceu especificidade ao chamado Ministério da Educação e Cultura. Continuamente, no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), um debate importante referente à Educação brasileira entrou em pauta: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Esse debate foi precedido pelo Manifesto de 1959 que, diferente do manifesto de 1932, tratou de questões gerais referentes à política educacional. Destaca-se a atuação do professor Florestan Fernandes que, junto a outros professores, buscaram fomentar discussões pelo interior do Brasil (GHIRALDELLI, 2009).

Após a aprovação da LDB em 1961, eclodiram alguns movimentos de educação popular, com o intuito de promover a alfabetização do povo e também melhorias na

cultura e conscientização em relação à política. Todavia, em 1964, o golpe militar barrou esses movimentos e seus líderes foram penalizados (ARANHA, 2006). Devido à insatisfação em relação à LDB de 1961, em 1971 foi criada uma nova LDB, esta foi originada de acordo com as vontades do governo e não teve mudanças radicais em relação à outra (GHIRALDELLI, 2009).

De modo que, o período ditatorial (1964-1985) deixou heranças para a educação: políticas educacionais, movimentos sindicais, reivindicações, greves de professores, as várias Conferências de Educação. Porém, as problemáticas deixadas por este sistema foram bastante intensas. Em 1983, o país contava com mais de 60 milhões de analfabetos e semiletrados para uma população de (mais ou menos) 130 milhões de pessoas (GHIRALDELLI, 2009). Esse dado revela a forte dificuldade no processo de democratização do ensino bem como com a extensão das oportunidades de acesso à escola.

Neste sentido, “[...] o serviço social surge como resposta à questão social e, em particular, à presença do movimento operário e popular, estimulado pela prática do apostolado católico, proveniente das classes dominantes” (CASTRO, 2000, p. 109). Percebe-se que, a evolução do Serviço Social no Brasil, mediante um Estado paternalista, “[...] foi fator condicionante da montagem de um sistema de instituições sociais que propunham solucionar os problemas através de programas assistenciais de caráter imediatista [...]” (CBCISS, 1986, p. 24).

Esse momento histórico vivenciado pelo Serviço Social denominou-se “conservadorismo”, onde as ações desenvolvidas por tais profissionais eram favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Além disso, a influência do pensamento conservador europeu e, posteriormente norte-americano, contribuiu ainda mais para conservar a ordem social vigente (IAMAMOTO, 2000, p. 25). Salienta-se que, algumas produções científicas referendando Educação e Serviço Social foram sendo construídas, possibilitando perceber como se dava a prática profissional do assistente social no espaço educacional. Um exemplo é a obra “Serviço Social, Infância e Juventude Desvalidas” de 1939 (reeditada em 1985), onde a assistente social Maria Esolina Pinheiro, aborda ideias e técnicas do Serviço Social nas diferentes áreas de atuação. Na especificidade escolar, o



Serviço Social aparece como um espaço de “ação social” onde devia se prestar subsídios de informações sobre a vida dos alunos (SOUZA, 2005).

As ações exercidas por esses profissionais, frutos de uma herança, de influências externas e de interesses governamentais, são percebidas nas primeiras intervenções desenvolvidas em âmbito educacional. Amaro (2011), ao relatar sobre a institucionalização do Serviço Social escolar no Brasil, ressalta que “o mais antigo registro de que temos conhecimento do serviço social educacional remete ao Estado do Rio Grande do Sul, quando foi implantado como serviço de assistência escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura, em 25 de março de 1946, através do Decreto n. 1394”. Nesse serviço, os assistentes sociais eram chamados para “[...] intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social” (AMARO, 2011, p. 19).

Neste movimento histórico, outra produção científica referendando Serviço Social e Educação pode ser ressaltada: em 1968, ao investigar sobre as “Fallas de Desenvolvimento en la escuela publica: un enfoque de servicio social de grupo”, os pesquisadores Vinter e Sarri discorreram sobre problemáticas referentes à evasão escolar, fracasso, insuficiência e a dificuldade na aprendizagem. Esse estudo aponta que a má conduta dos alunos, interferindo nas aulas e na disciplina escolar, eram questões voltadas para o Serviço Social (SOUZA, 2005, p. 31).

O processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro foi um período ímpar, marcado por debates, encontros que permitiram avanços e possibilitaram à categoria profissional questionar a natureza da profissão (IAMAMOTO, 2000). Tal momento propiciou maior aproximação aos movimentos sociais e à perspectivas teóricas críticas. Os debates se ampliaram no interior da categoria profissional, abrangendo todos os espaços sócio-ocupacionais, sendo possíveis visualizações e iniciativas de mudanças. Aconteceram quatro seminários importantes para a categoria profissional: “[...] em 1967, na cidade mineira de Araxá, sobre teorização do serviço social; em 1970, em Terezópolis, Rio de Janeiro, sobre metodologia do serviço social e, em 1978, em Sumaré, também no Rio de Janeiro, sobre “cientificidade do serviço social”; e, mais tarde em 1984, em Alto da Boa Vista, ressaltando o debate sobre a teorização do serviço social (CBCISS, 1986, p. 8).

Esses seminários foram intensos em reflexões inscritas no processo de renovação do Serviço Social no Brasil. O esforço era de adequar o Serviço Social “[...] enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64” (NETTO, 1996, p. 154). As aproximações realizadas pelo Serviço Social (1970 e 1980) com as matrizes teóricas que destacavam os movimentos sociais, as lutas de classes e a “questão social” enquanto categorias de análises fundamentais para a compreensão da realidade social fazem com que - a partir da década de 1990 – tais temas sejam estudados com maior densidade por meio de um conjunto de tendências teórico-metodológicas na direção da tradição marxista (IAMAMOTO, 2008).

Ampliando o escopo argumentativo na interface Educação e Serviço Social, pontua-se que, na segunda metade da década de 80 e início dos anos 90, ambos perpassavam por um processo de reconfiguração. De acordo com Ghiraldelli (2009), o processo de democratização se intensifica a partir de 1985, livres da Ditadura Militar, as políticas educacionais se encontram arraigadas a partidos políticos e ao governo federal. Esse processo democrático implicou na eleição da Assembleia Nacional Constituinte, onde o novo parlamento elaborava a nova Carga Magna. Neste sentido, a nova Constituição de 1988, pautada por debates, pressões, movimentos populares ampliou o escopo dos direitos sociais.

Na Constituição de 1988, Educação e Serviço Social (assistência social) fazem parte do Título VIII denominado “Da Ordem Social”, tendo por base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social. A partir dessa Constituição, a assistência social passa a ser parte integrante da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência (artigo 194); seguidamente é prestada a quem dela necessitar, não possuindo caráter contributivo, constando seus objetivos (artigo 203). Há a ênfase, no artigo 204, dos recursos e orçamentos destinados à assistência social com suas respectivas diretrizes (BRASIL, 1988).

No que tange à Educação, a Constituição de 1988 a firma como direito de todos e dever do Estado e da família (artigo 205); elencando os princípios do ensino (artigo 206);

o gozo da autonomia das universidades (artigo 207); o dever do Estado para com a Educação (artigo 208); a liberdade à iniciativa privada (artigo 209); fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental (artigo 210); o regime de colaboração nos sistemas de ensino da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (artigo 211); receita resultante de impostos transferida à educação (artigo 212); recursos públicos destinados às escolas públicas (artigo 213); e, no artigo 214, o estabelecimento do plano nacional de educação (BRASIL, 1988).

A constituinte de 1988, aprovou a “Constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã” (CARVALHO, 2002, p. 199). Mesmo com tal conquista, em aspectos democráticos, não se pode dizer que havia uma estabilidade, haja vista persistirem problemas econômicos sérios, a saber, as desigualdades e o desemprego. Os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento continuavam. De modo que, “os cidadãos brasileiros chegam ao final do milênio, 500 anos após a conquista dessas terras pelos portugueses e 178 anos após a fundação do país, envoltos num misto de esperança e incerteza” (CARVALHO, 2002, p. 200).

Essa mescla de esperança e incertezas pode ser visualizada nos dados do relatório do Banco Mundial de 1989 onde o Brasil aparece como o país mais desigual do mundo. Mesmo tendo diminuído o número de analfabetos, havia em 1990 cerca de 30 milhões de brasileiros de cinco anos de idade ou mais que eram analfabetos. Segundo pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a desigualdade econômica brasileira cresceu ligeiramente entre 1990 e 1998. “A escandalosa desigualdade” tem como consequência situações críticas de pobreza e de miserabilidade. Em uma população de 160 milhões, 85 milhões de pessoas eram pobres ou então miseráveis (CARVALHO, 2002, p. 208).

Salienta-se a “ênfase analítica” realçada neste estudo: permanece, de acordo com cada momento histórico, a incapacidade do sistema representativo de produzir resultados que impliquem a redução da desigualdade (CARVALHO, 2002); à “questão social” compreendendo seus desdobramentos e suas “metamorfozes” (CASTEL, 1998) dá indícios de intensificação em meados de 1990. Mesmo com um cenário político de

conquistas de direitos sociais, dados pressupostos da Constituição de 1988, a desigualdade é alarmante, mais de metade da população brasileira se encontrava em situação de pobreza, com forte contingente de analfabetos.

### 3.1 A intensificação das relações entre educação e serviço social: um enfoque a partir de 1990

As sinalizações realizadas referenciando as interfaces da relação Educação e Serviço Social, abarcando o período de 1930 a 1990, permitem adentrar no momento histórico em que há a intensificação dessas relações. A partir da década de 1990, com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, se visualiza no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da Educação (CFESS, 2011). É instigante pensar as formas com que as questões do Serviço Social começam a adquirir relevância e espaço nas políticas educacionais brasileiras. Esse estímulo ocorre, não somente, mas, inclusive, por considerar que a inserção desses profissionais na Educação brasileira teve início aproximadamente na década de 30, de forma passiva e, somente em meados de 1990, ou seja, depois de sessenta anos, há uma movimentação significativa, abrindo espaços de maior inserção (SOUZA, 2005).

A intensificação da aproximação do Serviço Social ao campo educacional é caudatária dos avanços e acúmulos teóricos da profissão nas discussões em torno das políticas sociais como *lócus* privilegiado da ação profissional (ALMEIDA, 2003). Neste sentido “[...] o campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado” (ALMEIDA, 2000, p. 74). Essa perspectiva denota a possibilidade de uma ampliação teórica, política e instrumental da própria atuação do Serviço Social e de sua vinculação às lutas sociais que se expressam na esfera da cultura e do trabalho (ALMEIDA, 2000).

Possivelmente, a emergência desses novos profissionais nas políticas educacionais, assinalam-se pela imbricada afinidade existente dessas políticas com temáticas referentes a proteção social, riscos sociais, vulnerabilidade social, seguridade, programas e benefícios assistenciais, entre outros componentes. Essa relação ingressou

definitivamente na agenda de composição das políticas educacionais brasileiras contemporâneas (TIRAMONTI, 2005; DUSSEL, 2009). Neste sentido e, considerados os avanços históricos até então pontuados, num cenário contraditório de ampliação dos direitos sociais, dados os preceitos da Constituição de 1988, convém destacar a forte emergência de uma gama de políticas públicas que inferem diretamente em questões voltadas à Educação e ao Serviço Social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aprovado em 1990, o qual dispõe sobre a “proteção integral” à criança e ao adolescente (artigo 1), com seus direitos fundamentais, “prevenções gerais e especiais” (artigos 70 a 85) e “medidas de proteção” (artigos 98 a 102), estabelecendo uma política específica de atendimento dos direitos da criança e do adolescente a qual movimenta um conjunto articulado de ações governamentais envolvendo Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública, assistência social, educação entre outros mecanismos (BRASIL, 1990).

O projeto ético-político profissional do Serviço Social que se materializou no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) e na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social, Lei nº. 8.662 de 1993, juntamente com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), n. 8.742 de 1993. Este conjunto normativo ressalta a perspectiva crítica adotada pela categoria profissional, tendo com princípios fundamentais a defesa dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, a equidade, a justiça social. Tais legislações demarcam a autonomia profissional e o compromisso ético-político desses profissionais com a classe trabalhadora, definindo ser a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, que prove os mínimos sociais, num conjunto integrado de ações (IAMAMOTO, 2008).

Em aspectos educacionais há o respaldo da Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394 de 1996 (LDB) a qual disciplinou a educação escolar vinculando-a ao mundo do trabalho e a prática social. Nesta legislação reapareceu a iniciativa de elaborar no Brasil um Plano Nacional de Educação, premissa da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 214. Esse plano ficou sobre responsabilidade da União em comum acordo com Estados, Distrito Federal e Municípios, “conjuntamente, instituiu-se a Década da Educação [...] tendo como parâmetro o espaço de dez anos para a avaliação de tal plano” (GHIRALDELLI, 2009, p.

190). Essa configuração foi signatária da Conferência Mundial da Educação para Todos (ocorrida em 1990, em Jomtien, Tailândia) e financiada por organismos internacionais. O documento final desta conferência menciona o grupo de nove países com as maiores taxas de analfabetismo no mundo, dentre eles, o Brasil (GHIRALDELLI, 2009).

Retomando-se à dinâmica histórica, nos últimos anos as oportunidades de acesso e permanência no sistema escolar se expandiram paulatinamente e, a tensão que permanece faz referência à garantia da qualidade do ensino (OLIVEIRA, 2007). Neste âmbito, percebe-se o crescente interesse dos assistentes sociais pela área, como objeto de pesquisa e como campo interventivo. As produções teóricas se ampliaram principalmente nos anais de congressos, em trabalhos de conclusão de curso e nas publicações do Conselho Federal de Serviço Social. Em 2001, foi constituído o “Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação” por intermédio do CFESS, o qual construiu o subsídio intitulado “Serviço Social na Educação” (CFESS, 2011, p. 5).

O debate no interior da categoria profissional em normatizar a implantação da profissão nas escolas da rede pública se intensificou, resultando na constituição do Projeto de Lei nº 60 de 2007<sup>1</sup>, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas escolas públicas de educação básica. Projeto esse que ainda tramita no Senado Federal e tem o apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2011).

Dada a intensificação das relações entre Serviço Social e Educação, o Grupo de Estudos “Serviço Social na Educação”, em 2010, apontou a necessidade de assessoria para aprofundar o debate, tendo a partir de então o assessoramento do Prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida, o qual já vinha acompanhando esta trajetória (CFESS, 2011). Em junho de 2012 foi realizado o I Seminário Nacional Serviço Social na Educação, que abordou sobre “os elementos teóricos e políticos da relação Serviço Social e Educação, bem como

---

<sup>1</sup>Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de assistência social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino (PLC 060, 2007).

as possibilidades, limites e polêmicas da inserção e atuação do Serviço Social nesta área” (SANTOS, MESQUITA, RIBEIRO, 2012, p. 11).

Para obter maior visibilidade da inserção dos assistentes sociais nas políticas educacionais, traz-se em evidência alguns dados oriundos de relatórios e documentos do Grupo de Trabalho do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Sendo que, em 2011, o GT Serviço Social na Educação realizou um levantamento sobre a atuação/inserção de assistentes sociais na Educação, abrangendo todo Brasil.

Tabela 1 - Levantamento sobre o trabalho do/a assistente social na educação

Nível ou modalidade da política de educação	Quantidade de Profissionais em atuação
<b>Educação infantil</b>	<b>17</b>
<b>Ensino fundamental</b>	<b>45</b>
<b>Educação especial</b>	<b>06</b>
<b>Ensino médio</b>	<b>04</b>
<b>Educação de jovens e adultos</b>	<b>06</b>
<b>Educação profissional e tecnológica</b>	<b>26</b>
<b>Educação superior</b>	<b>11</b>
<b>Educação indígena</b>	<b>01</b>

**Fonte:** Adaptado de: CFESS/CRESS – GT Serviço Social na Educação (2011)

Percebe-se que a inserção dos profissionais se dá nos diversos espaços educacionais, com maior incidência no ensino fundamental, posteriormente na educação profissional e tecnológica, seguindo na educação infantil, ensino superior, educação especial, de jovens e adultos, ensino médio e educação indígena. No estudo realizado pelo GT Serviço Social na Educação, referente a elaboração desses dados, houve expressiva dificuldade na coleta de informações. Muitas regiões dos CRESS não enviaram ao GT as informações solicitadas, de modo que, a tabela 1, possibilita uma visualização restrita e limitada, mas mesmo assim, podem-se perceber os espaços onde há inserção profissional.

Salienta-se que, a inserção de profissionais do Serviço Social nas políticas educacionais não se trata somente em “identificar um nicho de mercado inexplorado ou potencialmente viável” à categoria do Serviço Social. Ao contrário, trata-se de um campo de intervenção do Estado e de uma dimensão da vida social, a qual se “coloca como estratégia na sociedade contemporânea, seja para a afirmação de um projeto societário vinculado aos interesses do capital, seja para a ampliação e integração das lutas no que diz respeito à conquista de direitos e enfrentamento das desigualdades” (ALMEIDA, 2000, p. 24).

Nesta prerrogativa, o documento “Serviço Social na Educação” destaca a necessidade de compreender a educação como “uma Política Social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, indica também uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação, onde precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade” (CFESS, 2001, p.8).

#### 4 Algumas considerações

De maneira pontual e objetiva considera-se que, na constituição histórica das relações entre Serviço Social e Educação ocorrem algumas significativas mudanças de ênfase nas racionalidades políticas e nas formas de intervenção, ao longo do último século. Ainda que o debate sobre as proteções sociais e o combate às desigualdades seja uma constante, pode-se notar que há uma intensificação, a partir da década de 1990, não somente na ampliação da relação Educação e Serviço Social, mas, sobretudo na prerrogativa que abarca as prevenções do risco social, numa lógica de proteção social.

Neste sentido, a articulação entre as duas áreas, sobretudo no âmbito das políticas de escolarização, reforçam uma leitura aproximada às mudanças na própria questão social. De fato, conforme pontuado no decorrer deste estudo, a inserção do Serviço Social na Educação é um espaço que necessita ser desvelado, no sentido de compreender as nuances dessa inserção. Neste sentido, o viés analítico abordado, contemplando o objetivo proposto de resgatar traços de origem da Educação e do Serviço Social com o propósito de perceber como foi se estabelecendo o diálogo, a relação, a articulação entre



essas áreas de conhecimento, instiga novas investigações no sentido de perceber as estratégias políticas que são mobilizadas por intermédio das políticas educacionais.

## Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. 2003. (Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área da Educação, Belo Horizonte, mar. 2003).

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Educação pública e serviço social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 63, 2000.

AMARO, Sarita. Serviço Social na Educação: Bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia. 3ª edição, São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília DF, 13 jul. 1990.

BEISEGEL, Celso. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. Tomo III, v.4, Rio: Bertrand do Brasil, 1995, p.383-416.

CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. Tradução: José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 5. ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2000.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução: Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. Teorização do Serviço Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CFESS. Serviço Social na Educação. GT Serviço Social na Educação. CFESS/CRESS, 2001.

CFESS. Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. GT Serviço Social na Educação. CFESS/CRESS, 2011.

DUSSEL, Inés. A transmissão cultural assediada: metamorfoses da cultura comum na escola. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. História da Educação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no serviço social. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KRAWCZYK, Nora. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. *Jornal de Políticas Educacionais*, nº 12, julho-dezembro de 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e pesquisa*, v. 38, n. 1, 2012.

NETTO, José Paula. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 3ed. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do Ensino Fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 661-690, out. 2007.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 21 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2010.

SANTOS, et. al. A Inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. *SER Social*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012.

SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. *Interface*. Natal/RN - v.2 - n.1 - jan/jun 2005.

TIRAMONTI, Guillermina. La escuela em la encrucijada del cambio epocal. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 889-910, Especial - Out. 2005.

YOUNG, Michael. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: a defesa radical de um currículo disciplinar. *Cadernos de Educação* | FaE/PPGE/UFPEl | Pelotas [38]: 395 - 416, janeiro/abril 2011.